

## A RECEPÇÃO DE GRAMSCI NO PENSAMENTO SOCIAL BOLIVIANO

Allysson Lemos Gama da Silva<sup>1</sup>  
Theófilo Codeço Machado Rodrigues<sup>2</sup>

*RESUMO:* A influência do pensamento gramsciano no Brasil é relativamente conhecida pela literatura especializada. O que pouco sabemos é que também no pensamento social boliviano essa matriz teórica foi apropriada. Entre esses intérpretes, estão importantes intelectuais como René Zavaleta Mercado, Luis Tapia e Álvaro García-Linera. Intelectuais que souberam operar a apropriação do repertório teórico de Antonio Gramsci para a compreensão das particularidades da Bolívia. O presente artigo está subdividido em 5 seções. Na primeira, apresentamos o repertório de conceitos gramscianos aqui utilizados como Estado, hegemonia e sociedade civil. Em seguida, identificamos o contexto histórico que informa o debate sobre a formação social boliviana. Na terceira seção, observamos a relação entre hegemonia e a questão nacional no país. As duas partes finais verificam as apropriações gramscianas feitas por Luis Tapia e Álvaro García-Linera para a interpretação do caso boliviano.

*Palavras-chave:* Pensamento Social Boliviano. Gramsci. Álvaro García-Linera. Luís Tapia Mealla.

### GRAMSCI RECEPTION ON BOLIVIAN SOCIAL THOUGHT

*ABSTRACT:* Gramsci influence on Brazilian social thought is well known on specialized literature. What we do not know is that on Bolivian social thought this theory is also debated. Among interpreters of Gramsci in Bolivia there are important intellectuals as René Zavaleta Mercado, Luís Tapia and Álvaro García-Linera. Intellectuals who had know how to operate the appropriation of Antonio Gramsci theoretical values for understanding Bolivia particularities. This present article has 5 sections. At first, we introduce Gramsci concepts used in this article, such as State, hegemony and civil society. Then, we identify the historical context that explains the Bolivian social formation. On the third section, we observe the relation between hegemony and the national theme on the country. The last two sections are about the Gramsci appropriations made by Luis Tapia and Álvaro García-Linera for the bolivian case interpretation.

---

1 Bacharel em Ciências Sociais pela UFRJ. Mestre em Ciências Sociais pela UFRRJ (PPGCS). Endereço eletrônico: allysson.lemos@yahoo.com.br.

2 Doutor em Ciências Sociais pela PUC-Rio e Mestre em Ciência Política pela UFF. Professor Substituto no Departamento de Ciência Política da UFRJ. Endereço eletrônico: theofilomachadorodrigues@gmail.com.

*Keywords:* . Bolivian Social Thought. Gramsci. Álvaro García-Linera. Luís Tapia Mealla.

## LA RECEPCIÓN DE GRAMSCI EN EL PENSAMIENTO SOCIAL BOLIVIANO

*RESUMEN:* La influencia de Gramsci en el pensamiento social boliviano es relativamente conocida por la literatura especializada. Lo que no conocemos es que también en Bolivia esa matriz teórica es apropiada. Entre esos intérpretes están intelectuales importantes como René Zavaleta Mercado, Álvaro García-Linera y Luís Tapia Mealla. Intelectuales que lograron apropiarse del repertorio teórico de Antonio Gramsci para la comprensión de las particularidades bolivianas. En este artículo hay 5 secciones. La primera es una presentación de los conceptos utilizados de Gramsci, como Estado, hegemonía y sociedad civil. Después, describimos el contexto histórico en que se hace la formación social boliviana. En la tercera sección, hablamos sobre la relación entre hegemonía y la cuestión nacional en el país. Las dos últimas secciones miran a las apropiaciones de Gramsci hechas por Luís Tapia y Álvaro García-Linera para la interpretación del caso boliviano.

*Palabras Clave:* Pensamiento Social Boliviano. Gramsci. Álvaro García-Linera. Luís Tapia Mealla.

### 1 Introdução

A Bolívia é um país bastante peculiar socialmente e politicamente. Pode-se enquadrá-la, por um lado, no contexto histórico latino-americano: uma república proclamada independente no século XIX, ex-colônia espanhola, de formação eurocêntrica e positivista, passando por dilemas de unificação do idioma, territorial e nacional. Precisaríamos, para estarmos mais próximos de suas particularidades, circunscrevê-la na região andina, onde os países da região convivem com relevo, vegetação e clima característicos da Cordilheira dos Andes, mas também com a realidade tropical da Floresta Amazônica, e toda a diversidade social e cultural que se relaciona com a diversidade natural.

Contudo, ainda assim, há um elemento que precisa ser mencionado: neste país o projeto republicano e liberal fracassou. Na Bolívia, as etnias autóctones que se remetem ao período dos incas foram protagonistas de incessantes rebeliões durante todo o período colonial, contrapondo-se ao estilo de organização social europeu e colonial, de modo que o domínio do território por parte dos colonizadores nunca se consolidou totalmente. A formação republicana da Bolívia, que tinha por fim unificar, ou até mesmo construir, a nação boliviana, aconteceu mediante o avanço do Estado-Nação contra as distintas formas de vida social existentes: construir a imagem do indígena como alteridade nacional avessa ao progresso foi a estratégia empregada (CAMARGO, 2006).

Este projeto, com diferentes nuances ao longo do tempo, foi testado por quase dois

séculos e atravessou tensões e contradições em sua implementação. Houve resistência política bastante significativa por todo esse período, o que viria a consolidar o indígena como sujeito político em termos modernos, capaz de disputar a agenda política nacional e articular campanhas e reivindicações com expressivo apoio. Tudo isto se consolidaria com a reivindicação de uma “Nação Índia” originária, que antecede à nação boliviana. Esta é, para eles, fruto do processo colonial (REINAGA, 1970).

O desenvolvimento do debate e da ação política faria surgir ainda nova concepção a respeito da questão nacional na Bolívia: não haveria apenas uma “Nação Índia”, mas diversas nações originárias. As nações aymara e quechua seriam as principais, mas além delas, uma gama de nações originárias confeririam à Bolívia o status de sociedade plurinacional. Este debate atravessaria toda a política boliviana na segunda metade do século XX e culminaria na eleição de Evo Morales em 2005 e na nova “Constituição do Estado Plurinacional da Bolívia”, promulgada em 2009, que declara como oficiais 36 nações em solo boliviano (GAMA DA SILVA, 2016).

Diversas são as interpretações, portanto, a respeito deste processo de construção de uma hegemonia “indígena-camponesa” no país, ou de um sujeito “pluri”nacional-popular. Muitas delas irão refletir sobre a complexidade da formação de uma sociedade civil boliviana e plurinacional, e ainda mais numerosas são as reflexões sobre o papel do Estado nesta nova sociedade. Entre esses intérpretes, estão importantes intelectuais do pensamento social boliviano, como René Zavaleta Mercado, Luis Tapia e Álvaro García-Linera. Intelectuais que souberam operar a apropriação do repertório teórico de Antonio Gramsci para a compreensão das particularidades da Bolívia.

O presente artigo está subdividido em 5 seções. Na primeira, apresentamos o repertório de conceitos gramscianos aqui utilizados como Estado, hegemonia e sociedade civil. Em seguida, identificamos o contexto histórico que informa o debate sobre a formação social boliviana. Na terceira seção, observamos a relação entre hegemonia e a questão nacional no país. As duas partes finais verificam as apropriações gramscianas feitas por Luis Tapia e Álvaro García-Linera para a interpretação do caso boliviano.

## **2 Estado, hegemonia e sociedade civil em Gramsci**

A gramática gramsciana é extremamente rica em conceitos originais para a interpretação sociológica das formações históricas e das dinâmicas conjunturais. Desse repertório, destacam-se as noções de Estado, hegemonia e sociedade civil, conceitos

interdependentes que, em diálogo, conformam o núcleo central da teoria gramsciana.

Gramsci parte de Marx, para ir além de Marx. Como sabemos, em seu famoso *Prefácio de 1859*, Marx define a estrutura econômica da sociedade como “a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política” (MARX, 1999, p. 52). Em outras palavras, se a economia conforma a estrutura da sociedade, o Estado e suas instituições constituem a sua superestrutura. Essa noção de superestrutura confunde-se com a ideia de sociedade política. Mas Marx não avança tanto na definição sobre o que seria essa superestrutura. Esse foi o passo adiante dado por Gramsci em seus famosos *Cadernos do Cárcere*. Ali, Gramsci opera aquilo que Christinne Buci-Glucksmann (1980, p. 126) chamou de “ampliação do Estado”. Ao ampliar a definição marxiana, Gramsci percebe o “Estado integral”. Mas o que seria essa ampliação, esse “Estado integral”? O Estado integral deixa de ser apenas visto como o *locus* onde atuam as instituições governamentais e jurídicas, ou seja, a sociedade política, e passa a ser também espaço privilegiado de ação da sociedade civil. No Estado integral, a sociedade política é a responsável predominantemente pela coerção, ao passo que a sociedade civil se constitui pela construção do consenso, pelo estabelecimento da hegemonia. De acordo com Gramsci (2007, p. 244), “Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção”. Essa ampliação é fundamental para romper com aquela leitura proposta no *Manifesto Comunista* onde o Estado surge como instrumento nas mãos de uma classe social, como “comitê para gerenciar os assuntos comuns de toda a burguesia” (MARX, 1998, p. 13). O Estado integral não é apenas um instrumento nas mãos de uma classe, mas o resultado original da correlação de forças de cada formação social. Importante ressaltar que, para Gramsci, esse Estado integral só existe nas sociedades mais desenvolvidas, aquelas que ele define como ocidentais, pois nas sociedades orientais, mais atrasadas, a sociedade civil ainda não teria se desenvolvido.

No Oriente, o Estado era tudo, a sociedade civil era primitiva e gelatinosa; no Ocidente, havia entre o Estado e a sociedade civil uma justa relação e, ao oscilar o Estado, podia-se imediatamente reconhecer uma robusta estrutura da sociedade civil. O Estado era apenas uma trincheira avançada, por trás da qual se situava uma robusta cadeia de fortalezas e casamatas (GRAMSCI, 2007, p. 262).

O que é então a hegemonia? Da interpretação do Estado integral, segue-se a conclusão de que o caráter do Estado é consequência do consenso que se dá na sociedade civil e ao resultado final desse consenso dá-se o nome de hegemonia. A hegemonia é a capacidade de uma classe social dirigir uma sociedade, de promover uma “reforma intelectual e moral”, como diria Gramsci (2007, p. 18). Isso não significa dirigir a máquina administrativa do

Estado, mas sim os seus “aparelhos privados de hegemonia”, aquelas instituições da sociedade civil que formam o consenso de ideias em determinada formação social. Luciano Gruppi (1978, p. 3) define do seguinte modo esse conceito gramsciano de hegemonia: “o conceito de hegemonia é apresentado por Gramsci em toda sua amplitude, isto é, como algo que opera não apenas sobre a estrutura econômica e sobre a organização política da sociedade, mas também sobre o modo de pensar, sobre as orientações ideológicas (...)”. A hegemonia, no entanto, não é eterna. Gramsci observa que, em determinados momentos históricos, ocorrem as chamadas “crises de hegemonia”.

O processo é diferente em cada país, embora o conteúdo seja o mesmo. E o conteúdo é a crise de hegemonia da classe dirigente, que ocorre ou porque a classe dirigente fracassou em algum grande empreendimento político para o qual pediu ou impôs pela força o consenso das grandes massas (como a guerra), ou porque amplas massas (sobretudo de camponeses e de pequenos-burgueses intelectuais) passaram subitamente da passividade política para uma certa atividade e apresentam reivindicações que, em seu conjunto desorganizado, constituem uma revolução. Fala-se de “crise de autoridade”: e isso é precisamente a crise de hegemonia, ou crise do Estado em seu conjunto (GRAMSCI, 2007, p. 60).

Essa interpretação gramsciana acerca do Estado integral modifica, inclusive, a própria estratégia de disputa política. Segundo Gramsci (2007, p. 24), “ocorre na arte política o que ocorre na arte militar: a guerra de movimento torna-se cada vez mais guerra de posição”. A estratégia adotada onde não há uma sociedade civil desenvolvida é a da “guerra de movimento”. Por “guerra de movimento”, entende-se a tomada direta das instituições do Estado, o “assalto ao Palácio de Inverno”. Já nas sociedades ocidentais, onde a sociedade civil é complexa, a estratégia adotada é a da “guerra de posição”. Na “guerra de posição”, construir a hegemonia na sociedade civil é mais importante que tomar o governo e suas instituições estatais. Ao argumentar em favor dessa mudança estratégica, Gramsci estava polemizando abertamente com Trotsky. Gramsci era um crítico radical da ideia de “revolução permanente”, ou seja, da proposta de universalizar a mesma forma de disputa política que havia ocorrido na Rússia. Para o italiano, cada formação social exigiria sua própria forma de luta. Gramsci (2007, p. 261-261) observou que, diferente de Lenin, Trotsky ignorava a importância da questão nacional. A esse respeito, Luciano Gruppi (1978, p. 143) resume didaticamente a relação entre a hegemonia e a questão nacional em Gramsci, quando conclui que “a classe internacional por excelência, o proletariado, deve saber se ‘nacionalizar’, ou seja, identificar-se profundamente com a especificidade nacional e com a vida nacional. É essa a condição de criação da hegemonia, do desenvolvimento e da afirmação da hegemonia”. Como veremos nas próximas seções, foram esses alguns dos elementos conceituais gramscianos que o

pensamento social boliviano incorporou em suas interpretações sociais.

### 3 Contexto histórico da formação social boliviana

Para fins introdutórios, faz-se importante explicar em que termos os valores das culturas aymara e quechua se põem em choque com a organização político-social liberal republicana. Trataremos da questão da propriedade da terra com este objetivo.

Dentre estas culturas “originárias”, homem e natureza são compreendidos numa relação de reciprocidade. Neste sentido, a *Pachamama* - Mãe-Terra - provém os meios para existência e sobrevivência do homem, ao passo que este lhe deve um retorno, manifesto em uma série de obrigações. A *Pachamama* é, portanto, uma divindade munida de desejos e necessidades, é sujeito da vida social, e não se pode possuí-la. A ideia de reciprocidade também entra em conflito com os “ocidentais”, que para eles têm uma visão predatória em sua relação com a natureza.

No plano das relações humanas, isto decorre numa gestão coletiva da terra e do trabalho. A administração desta vida em comunidade cabe a famílias, que se alternam na liderança. A demanda que se colocava o Estado-Nação boliviano de mercantilização da terra e da produção agrícola com o objetivo do avanço e do progresso, via nesta forma de vida social um obstáculo. O “índio”, conforme passou a ser chamado o homem dos *ayllus* - nome desta forma de comunidade “originária” -, passou a ser identificado com o “atraso” da Bolívia perante outras nações. A superação deste atraso, inicialmente, era incentivada pelo Estado mediante a tomada violenta das terras indígenas por particulares, e também através da proibição por lei dos títulos coletivos de terra<sup>3</sup>.

As distintas formas estatais engendradas até 1952 não modificaram substancialmente este *apartheid* político. O Estado caudilhista (1825-1880) e o regime da chamada democracia 'censitária' (1880-1952), tanto em seu momento conservador como liberal, muitas vezes modificaram a Constituição Política do Estado (1826, 1831, 1834, 1839, 1843, 1851, 1861, 1868, 1871, 1878, 1880, 1938, 1945, 1947); entretanto, a exclusão político-cultural se manteve tanto na normatividade do Estado como na prática cotidiana das pessoas. De fato, pode-se dizer que, em todo esse período, a exclusão étnica se converteu no eixo articulador da coesão estatal (...) Os direitos de governo foram apresentados durante mais de 100 anos como uma exibição da estirpe; não se faz um cidadão, se *nasce* um cidadão – ou índio. Ou seja, é um estigma de berço e linhagem (GARCÍA-LINERA, 2010a, p. 169).

Estas políticas que tinham por objetivo construir um Estado forte, centralizado, legítimo e, portanto, nacional, davam sinais de esgotamento e sofriam forte resistência

<sup>3</sup> A primeira medida tomada neste sentido é a *Ley de Exvinculación* de 1874, que declarava ilegais as comunidades indígenas (HURTADO, 1986).

índigena e também operária, posteriormente. O fim dramático desse período, compreendido historicamente como de uma oligarquia liberal, coincide com o fracasso boliviano de seu empreendimento na Guerra do Chaco.

Impõe-se a constatação de que o Estado boliviano vinha sendo mais desagregador que verdadeiramente promotor da identidade nacional. O mesmo Estado que, no Chaco, descumpra a sua obrigação fundamental de preservar o território nacional – como falhara antes, ao perder o litoral Pacífico do país –, mostra-se igualmente inadimplente de suas funções em outras áreas, como nas esferas da economia e educação, por exemplo (CAMARGO, 2006, p. 140).

Para Camargo (2006), o episódio da Guerra do Chaco foi, em si, um embrião de um sentimento nacional, já que índios e camponeses das mais diversas partes do país puderam comungar um objetivo social pela primeira vez. No entanto, diante do fracasso na guerra, a *Rosca*, como era conhecida a elite oligárquica na época, passou por um período de forte questionamento político, que viria a culminar na Revolução de 1952. Portanto, a tão desejada identidade nacional passou a se fortalecer em oposição à ordem constituída no país.

A Revolução de 1952 foi um processo amplo, plural e radicalizado. A direção política do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) consolida-se aos poucos, historicamente, mas conta com uma cadeia de acontecimentos sobre os quais não terá controle, necessariamente. No âmbito do movimento operário existia uma forte exigência de nacionalização das minas, enquanto no âmbito rural camponeses armados expropriavam terras de grandes latifundiários no vale de Cochabamba. O movimento camponês estava mais influenciado pelos partidos marxistas neste período. No entanto, o destaque para a ausência da reivindicação cultural feita neste fragmento é fundamental, pois o slogan “Terra para quem trabalha!” não versa sobre a forma da propriedade, mas apenas para a necessidade da reforma agrária. Como veremos mais adiante, os títulos coletivos de terra permaneceram ignorados nas políticas governamentais do MNR (HURTADO, 1986).

Como nos alerta Ticona Alejo (2000), a Revolução de 1952, considerada em sua totalidade, foi a tão mencionada “revolução democrático-burguesa”, objeto programático de vários partidos políticos na América Latina. A aliança de diversos segmentos e classes sociais produziu o declínio do poder oligárquico, interpretado como representante nacional de interesses imperialistas, e pôs no lugar um projeto desenvolvimentista burguês, construído todavia, sob um processo radical de levante popular.

Jacobinos sin burguesía, los dirigentes del MNR acaban en la cresta de la insurrección popular más importante de la historia boliviana contemporánea. Su

resultado pareciera desproporcionado con respecto al programa de reformas que esgrimían los vencedores: para imponer la ampliación del control estatal sobre la economía (nacionalización de las minas), la destrucción de las relaciones servil-coloniales en la agricultura (reforma agraria) y la incorporación del campesinado-indio en el ámbito de la democracia formal (voto universal), los insurgentes habían tenido que dismantelar completamente al estado oligárquico, destruir físicamente su aparato represivo e imponer la capitulación material de todo el viejo orden (CUSICANQUI, 2010, p. 141).

No entanto, houve um processo de profunda transformação das instituições políticas na Bolívia. A expropriação das minas e a reforma agrária dissolverão uma antiga classe dirigente e inaugurarão um novo ciclo político no qual os governos que se sucederão, precisarão de uma constante pactuação corporativista com representações populares. Um exemplo notável desta transformação é a diluição das Forças Armadas, substituídas por milícias populares formadas no processo revolucionário:

El aparato represivo es el pueblo en armas; el ejército ha sido disuelto en la última batalla del 9 de abril. La oligarquía es reprimida en cuanto a clase y la represión en gran medida está en manos del pueblo (TICONA ALEJO, 2000, p. 25).

Diante desta explanação histórica, se coloca o primeiro problema gramsciano: a composição da hegemonia no Estado pós-52.

#### **4 A Questão Nacional e a Hegemonia**

Como vimos, o processo da Revolução de 1952 foi bastante radicalizado, reunindo o movimento operário, camponês e indígena, sob um conjunto de reivindicações de fundo nacionalista. Todavia, a composição do governo revolucionário liderada pelo MNR, que tinha expressiva hegemonia no movimento operário, privilegiaria a construção do Estado-Nacional frente às questões de classe e étnicas. Assim, as milícias revolucionárias se converteriam nas novas Forças Armadas e, as lideranças operárias se tornaram ministros de Estado, em um processo de enfraquecimento da democracia direta e nova institucionalização. Do ponto de vista político, implementava-se o projeto de Estado-nação boliviano, com a nacionalização do ensino e, particularmente, do ensino do espanhol como língua oficial. No caso da expropriação de terras efetuada no Departamento de Cochabamba, foram oficializados títulos de terra individuais, sob o discurso de “integrar o índio à vida nacional”, com o objetivo de afastá-lo da vida em comunidade e estabelecê-lo numa lógica camponesa (CAMARGO,2006).

Filofascista em seu nacionalismo original, o MNR, formado em torno de Víctor Paz Estenssoro, Hernán Siles Zuazo, Walter Guevara Arce, Carlos Montenegro, Augusto Céspedes e outros, após sua primeira experiência de participação no governo de



Villarroel, pauta-se por rejeição declarada tanto do fascismo quanto da luta de classes de inspiração marxista. O Movimento defende conceito amplo de aliança de classes como alicerce da verdadeira democracia, fortemente nacionalista, definida pelo sufrágio universal, expressão da plena cidadania política, e por economia de mercado com forte participação estatal, elemento atenuador de extremos de riqueza e miséria (CAMARGO, 2006, p. 142).

O autor completa ainda que esta cidadania, pensada em torno da construção de um segmento social camponês de ascendência indígena conhecido como *cholo*, tinha forte caráter anti-étnico. Esta realidade abriria margem para uma crítica social de cunho indianista que mudaria o curso da política boliviana na segunda metade do século XX. A defesa do modo de vida “originário”, representado na organização social do *ayllu* seria traduzido em projeto político, primeiramente através dos escritos do intelectual Fausto Reinaga:

El indio como unidad racial, unidad histórica, unidad religiosa, unidad lingüística, unidad económica, es el Ser Nacional. Su pasado y su presente son factores de cohesión. Y su porvenir le plantea un solo problema: el de su liberación. (...) Luego la Revolución india, superando la yuxtaposición de la nación mestiza sobre la nación india, unirá en carne y alma, orgánica y psicológicamente, y hará de ambas naciones una sola nación; de las dos Bolíviás, una sola Bolivia (REINAGA, 1970, p. 169).

Como vemos, o pensamento de Fausto Reinaga parte da premissa de que existem duas Bolíviás: uma índia e uma branco-mestiça. Vê uma linearidade desde a ordem colonial até o “Estado de 52”, que seria a submissão da “Nação Índia” pela “Nação boliviana” ou “Branco-mestiça”. Portanto, a existência plena da “Nação Índia” só poderia existir a partir da realização libertadora do próprio índio, que deveria se colocar enquanto sujeito político. É interessante perceber como esta proposta política se faz a partir da ressignificação histórica do que seria a nação boliviana e da narrativa *criolla* sobre todo este processo; portanto, os líderes indígenas Tupaj Amaru e Tupaj Katari, por exemplo, antes heróis da República, agora eram compreendidos como líderes indígenas que também lutaram contra a “Nação Branco-Mestiça”.

Esta concepção, apesar de posicionar os indígenas politicamente, os punham em oposição ao movimento operário, que era parte constitutiva da construção da Nação boliviana, integrando ativamente os governos do MNR. Reinaga entendia-o, portanto, como forma europeia, era contra a participação em sindicatos e também caracterizava o nacionalismo e o marxismo como partes do *cholaje*, ou seja, a nação branco-mestiça inimiga do índio. Já René Zavaleta Mercado, fundamental intelectual do pensamento social boliviano e entusiasta, de início, do processo de 1952, tratava o problema a partir da perspectiva do movimento operário:

En principio, bajo esa perspectiva, el 52 fue leído como el momento histórico necesario para la constitución de la burguesía nacional, alterna a la tradicional oligarquía *more feudal*. En su versión más lineal, esa constitución burguesa – también constitución de la Nación – no era otra cosa que una inevitable aunque superable etapa que, finalmente, conducirla a la revolución socialista. Más aún, dado el decisivo papel de los obreros en la insurrección de abril, el 52 fue entendido como un momento de 'poder dual', es decir, una coyuntura donde convergen tanto la constitución burguesa como la proletaria; cumplidas las tareas burguesas, la segunda constitución debía, pronto, reemplazar a la primera; mejor dicho: superarla (ANTEZANA, 2009, p. 122).

Apesar do destacado caráter de “duplo poder” do processo de 1952, a radicalização deste esperada por Zavaleta Mercado não ocorreu. Como chama a atenção Camargo (2006), foi o Oriente boliviano que se consolidou como a elite econômica do país, através do desenvolvimento da exploração do gás natural e pelo declínio da indústria da mineração. Para Cusicanqui (2010), o processo de 1952 se tratava de um projeto político burguês sem o apoio da burguesia, que culminaria na formação de um Estado bonapartista. Isso geraria o desenvolvimento de contradições e fissuras internas.

Em síntese, o processo revolucionário de 1952 se deu sob a construção de um sujeito político-social que começou a se formar na Guerra do Chaco, que envolvia indígenas, camponeses e operários em nome da construção de uma nação boliviana popular e anti-imperialista. Com o decorrer dos processos sociais desenvolvidos pelos governos do MNR, há uma rearticulação da composição hegemônica no país, em torno de uma elite burocrática, as novas Forças Armadas, e o apoio subserviente de um setor social em pleno crescimento, o campesinato boliviano ou *cholo*, formado a partir das políticas de incentivos e de distribuição de terra por meio de títulos individuais de propriedade da terra. As “fissuras internas” mencionadas começariam a se dar a partir do terceiro governo MNR<sup>4</sup>, de Víctor Paz Estenssoro, contando com dissidências do partido e com o rompimento do movimento operário com o governo (CUSICANQUI, 2010).

En este contexto, y siempre con un cuidadoso montaje de alianzas regionales en el movimiento campesino, Guevara<sup>5</sup> arma una disidencia a la derecha del Pazestensorismo y Lechín<sup>6</sup>, luego de la ruptura de 1962, intenta montar la suya a la izquierda. El centro pragmático se desplaza, para no dejar dudas, hacia el núcleo más orgánico de la penetración imperialista en el Estado: el ejército reconstruido en 1953. (...) y surge la figura paternal del Gral. Barrientos como restaurador de la

<sup>4</sup> Foram 3 os mandatos dos governos revolucionários do MNR: Victor Paz Estenssoro (1952-1956), Hernán Siles Zuazo (1956-1960) e Victor Paz Estenssoro (1960-1964).

<sup>5</sup> A autora se refere a Walter Guevara Arze, fundador e dirigente do MNR.

<sup>6</sup> Juan Lechín foi outro importante dirigente do MNR. Liderança operária por décadas, Lechín é personagem de diversos processos políticos no país.

revolución y 'pacificador' del campo y de las minas (CUSICANQUI, 2010, p. 143).

Como se pode observar, os regimes militares na Bolívia têm por base a própria composição política construída pelo MNR. O general René Barrientos, expressão das Forças Armadas surgidas a partir das milícias revolucionárias de 1952, surge como a solução para a fragmentação política do país. Seu governo é marcado pela reabertura do país ao capital internacional, entregando a *Gulf Oil Co.* o monopólio da produção do estanho. Do ponto de vista hegemônico, Barrientos, além do apoio estadunidense, buscará uma política de consenso com os camponeses e de coerção ao movimento operário, manifesto nos massacres aos mineiros em 1965 e 1967 (CUSICANQUI, 2010).

No debate do pensamento social boliviano, esta articulação política é chamada de Pacto Militar-Camponês, que iria desde o governo Barrientos até meados dos anos 1970, atravessando diversos governos militares. Os sindicatos camponeses seriam dirigidos por representantes do regime e funcionariam como mediadores entre Estado e campesinato. A força que surge em fins dos anos 1960 e início dos anos 1970, conhecida como katarismo e que tinha por liderança o jovem Jenaro Flores Santos, foi fundamental para o rompimento do pacto. Organizaram-se primeiramente em rádios comunitárias aymaras de La Pa, e em seguida disputaram e ganharam a direção de diversos sindicatos camponeses, até serem perseguidos e exilados. Somente em 1979, conseguiriam organizar a *Central Sindical Única de los Trabajadores Campesinos de Bolivia* (CSUTCB) (HURTADO, 1986).

Estes jovens estudantes, inspirados pela leitura de Fausto Reinaga, deram novo rumo ao debate indianista. Diziam haver não apenas uma “Nação Índia”, mas diversas nações originárias, como a aymara e a quechua, que não eram reconhecidas pelo Estado boliviano. A dominação não era, todavia, exclusivamente étnica, mas também econômica: estas nações eram submetidas à condição de classe camponesa explorada no regime capitalista, numa chave analítica conhecida como *doble mirada* - o olhar étnico e o de classe. As bases destes valores foram documentadas pela primeira vez no Manifesto de Tiwanaku, em 1973, quando o movimento foi duramente perseguido e só se reorganizaria aos fins dos anos 1970. A resolução final do segundo congresso da CSUTCB, vencido pelos kataristas, trataria pela primeira vez, em documento oficial, a Bolívia como sociedade plurinacional.

No plano político, esta abordagem foi fundamental para uma unificação dos segmentos subalternos bolivianos. Ao criticar a dominação capitalista colonial, os kataristas convocavam sindicatos camponeses e *ayllus* para uma atuação em conjunto. Também os camponeses, sob a direção de Jenaro Flores, participaram de congressos e coordenaram ações

conjuntas com os operários depois de muitos anos, o que viria a dar fim ao isolamento desta classe no regime ditatorial.

Todavia, este não foi um movimento fácil e rápido. A experimentação deste sujeito político subalterno se desenvolveu na ação política e decorre também do desenvolvimento da interpretação sobre a realidade boliviana. Como vimos, as acusações aos sindicatos como pertencentes ao mundo ocidental ganhavam respaldo em suas próprias práticas políticas, enquanto instrumentos de mediação do Estado-Nação boliviano. No entanto, também este processo é mais complexo do que como apresentado em sua crítica. Vejamos:

O sindicato significou para os trabalhadores, principalmente mineiros e fabris, durante pelo menos cinquenta anos (1940 – 1990), a rede organizativa da identidade de classe e da acumulação da experiência de classe, isto é, de sua existência mobilizada como classe. Em geral, as outras formas organizativas que competiram para desempenhar esse papel de condensador histórico da subjetividade operária, como partidos políticos, foram transitórias e superficiais – eram mais um conglomerado de propagandistas externos (...) O que os trabalhadores realizaram na história de 1940 e 1990 foi sob a forma sindicato: ali lutaram, fizeram uma revolução (e isso não é pouca coisa), obtiveram direitos, conquistaram saúde e moradia, protegeram suas famílias, enterraram seus mortos. Daí sua durabilidade e prioridade na construção da memória de classe operária (GARCÍA-LINERA, 2010a, p. 228).

Para Álvaro García-Linera (2010a), o sindicato teve fundamental importância na construção de um imaginário coletivo. Em torno das pautas operárias se mobilizaram importantes lutas, sobretudo na primeira metade do século XX. Isto mostra como, para ele, é preciso que a política mobilizada por qualquer associação que seja se remeta a ação política, pois é isto que define seu caráter, ou seja, coletivos de homens nunca serão estritamente revolucionários ou conservadores, não é a essência que os define, mas o movimento:

É nesse contexto que se deve entender também aquela afirmação do Manifesto segundo a qual 'de todas as classes que hoje em dia se opõem à burguesia, só o proletariado é uma classe verdadeiramente revolucionária'. Marx e Engels não estão afirmando que só o proletariado que enfrenta a burguesia nem que o proletariado é por excelência revolucionário. No primeiro caso, o próprio Manifesto fala da possível ação revolucionária de uma parte do que ele chama 'estamentos médios' e, nos anos posteriores, em seu encontro com as formações sociais da Rússia, Ásia e América, estudará o potencial revolucionário e comunista de estruturas comunais coetâneas ao regime capitalista. No segundo, a definição de operário como capital variável, como mercadoria, anula toda possibilidade de deificar o proletariado como o ser revolucionário por antonomásia. Dado que, em princípio, aquilo que define o operário é seu ser mercadoria para o capital, a posição revolucionária não pode vir por sua definição estrutural, que precisamente a descarta; pelo contrário, o ser revolucionário é o processo de negação desse ser imposto pelo capital, a negação coletiva desse ser-operário (GARCÍA-LINERA, 2010a, p. 88-89).

A discussão trazida por García-Linera foi a apropriação feita deste tipo de agremiação representativa na Bolívia pelo Estado-Nação pós-52. O sindicato teria se tornado um

instrumento de promoção da cidadania e, portanto, de uniformização cultural tal qual o serviço militar, a escolarização universal e a propriedade privada.

O sindicalismo emergiu no cenário nacional, portanto, como criação autônoma, mas também como iniciativa tolerada e depois sustentada pelo próprio Estado. Essa natureza dupla do sindicato, cheia de tensões permanentes, contradições e inconsistências que ora inclinavam a balança para o lado da autonomia operária, ora para o de sua cooptação pelo Estado, atravessaria seu comportamento nas décadas posteriores (GARCÍA-LINERA, 2010a, p. 233).

O autor, que em suas leituras sempre destaca o ascenso e o descenso dos movimentos sociais, defende uma compreensão histórica e dialética do papel do sindicato. Estas características colocadas, que são generosas a ponto de enxergar papel ativo do sindicalismo mesmo quando atrelado ao Estado, vão servir de introdução para a análise de que é o movimento indígena e camponês, que na segunda metade do século XX, passará a integrar o centro gravitacional das lutas contra-hegemônicas no país. E é a sociedade plurinacional a proposta de superação da hegemonia então colocada.

René Zavaleta Mercado também renovaria sua interpretação da arena política, a fim de atualizá-la segundo os novos fenômenos colocados. Para o autor, esta múltipla produção de significados que surgia com os movimentos sociais indígenas conferira a Bolívia uma formação social *abigarrada*, e o que estava em jogo era a construção da hegemonia da diversidade:

(...)'formación social abigarrada': se trata de la calificación mutua de diversidades económico-sociales de tal suerte que , en concurrencia, ninguna de ellas mantiene su forma (previa); la referencia, o sea, la sociedad concreta objeto de conocimiento permitiría caracterizar las diversas historias en juego, es decir, los diversos grados de constitución social (relativos) ahí implicados(...) (ANTEZANA,2009, p. 132).

Estamos nos referindo à grande diversidade de valores culturais, mas também políticos que emergem neste repertório de mobilizações nos anos 1970, que inclusive poriam fim aos regimes militares. Para Antezana (2009), comentador de René Zavaleta Mercado, seu pensamento era “marxista de estirpe gramsciana”, e o conceito de formação social *abigarrada* nos ajuda a compreender a relação dos diversos povos em território boliviano e entre as diferentes temporalidades que colidem, avançando inclusive no marxismo para além de uma concepção de história linear:

'Formación abigarrada' es una transformación de los conceptos de 'modo de producción', 'formación social' y, aún, del de 'bloque histórico'. Para el último, Zavaleta Mercado, el concepto de 'modo de producción' (que abraza al de 'clase social', cf *supra*) es parte de la 'totalidad' de la época, parte de los límites cognoscitivos constituidos con el surgimiento del capitalismo, de innegable valor

teórico, pero finalmente algo vacío de sentido para el análisis de las sociedades concretas. Entre las sociedades concretas y esa 'totalidad', esa media ideal, hay conceptos útiles para su análisis y conocimiento, conceptos casi de mediación, se diría, como el de 'formación económico-social' o el de 'bloque histórico'. Estos ayudan a acercarse a las situaciones concretas, pero todavía se definen bajo una Historia lineal, teleológica y monolíticamente concebida. Así, señala Zavaleta Mercado, 'formación económico-social' sólo presta atención a los modos de producción conjugados en una determinada sociedad y no tendría en cuenta las mutuas (o múltiples) variables y, sobre todo, va más allá de lo meramente económico, todavía estaría concebido dentro de una complejidad propia a las sociedades homogéneas o 'avanzadas' (ANTEZANA, 2009, p. 131).

Como mostra o autor, a teoria de Zavaleta Mercado auxilia na interpretação da totalidade do caso boliviano. E o faz articulando conceitos-chave para o marxismo, como o de modo de produção, formação social e bloco histórico. Também proporciona uma análise da relação entre as nações na composição da hegemonia.

Vimos portanto, que apesar da questão nacional na Bolívia se colocar de maneira bem distinta de como se colocava para Gramsci, ou seja, como na questão meridional na Itália dos anos 1920, os tratados gramscianos sobre a hegemonia, que dizem respeito à observação dos mecanismos de consenso e coerção e formação de setores subalternos, foi fundamental para a interpretação do poder na Bolívia e da formação histórica dos sujeitos políticos do país.

### **5 Luís Tapia Mealla e a construção da sociedade civil**

Como já foi abordado, o projeto nacional boliviano após-52 tratava de construir em torno do *cholo*, homem “mestiço” boliviano, camponês, *hispanohablante*, pequeno proprietário de terra, o sujeito nacional-popular. Este sujeito tem acesso a direitos garantidos pelo Estado mediante sua organização no sindicato, que lhe afere o status de cidadão (CUSICANQUI, 2010).

Estamos discutindo uma sociedade na qual toda a institucionalidade da ordem política anterior foi desfeita, e se reorganizou mediante a base social da Revolução de 1952, com os sindicatos se convertendo na aposta de construção de uma nova sociedade civil. Com isto, queremos dizer que o sindicato boliviano se tornou a principal instituição de mediação entre o Estado e o cidadão boliviano e, tendo em conta as tensões políticas que o permearam, este processo nunca se consolidaria plenamente.

A título de esclarecimento, nos referimos ao afastamento entre o movimento operário e o regime, à medida que este se reconciliava com representantes do capital internacional, e também à reviravolta no movimento camponês, a partir da direção katarista durante o período militar. Neste sentido, faz-se interessante debater o conceito de sociedade civil, na apropriação feita pelos autores bolivianos:

Una buena parte de las instituciones de la sociedad civil funciona como mediaciones o puentes hacia el estado (...) La sociedad civil se organiza como un conjunto de lugares en los que se hace política sectorial o política nacional desde lo sectorial. Tendencialmente, las instituciones de la sociedad civil aceptan las normas del orden social y político; se constituyen con la finalidad de negociar su posición relativa en el conjunto de las relaciones sociales y de poder (TAPIA MEALLA, 2008, p. 55).

Luís Tapia Mealla é um importante sociólogo boliviano, professor na *Universidad Mayor de San Andrés*, cujas reflexões costumam sugerir um direcionamento político, qual seja, interpretar tendências e apontar caminhos para a organização popular na Bolívia. Sua reflexão sobre a sociedade civil, por exemplo, tem por fim o entendimento de como ela “transborda”, ou seja, vai além do papel de mediadora entre povo e Estado enquanto esfera representativa e produz novos repertórios de ação política, através da mobilização popular.

Un movimiento social empieza a configurarse cuando la acción colectiva empieza a desbordar los lugares estables de la política, tanto en el seno de la sociedad civil como en el del estado, y se mueve a través de la sociedad, buscando solidaridades y aliados en torno a un cuestionamiento sobre los criterios y formas de distribución de la riqueza social o de los propios principios de organización de la sociedad, del estado y del gobierno (TAPIA MEALLA, 2008, p.55).

Esta concepção de “movimento social” tem influência no pensamento de Zavaleta Mercado, especialmente, como o próprio autor admite, no conceito de “massa”, que seria a sociedade civil mobilizada, no caso boliviano a reunião entre sindicatos operários, sindicatos camponeses e agremiações de setores populares urbanos e estudantes, compondo outro sujeito nacional popular (TAPIA MEALLA, 2008). Vejamos o conceito de “massa” de Zavaleta Mercado, definido por Antezana:

(...) dicho concepto está ciertamente subordinado al de formación abigarrada. Por un lado, permite pensar la articulación de la sociedad civil en las sociedades heterogéneas, por otro, teniendo en cuenta los 'momentos constitutivos', facilita una mejor referencia a otras épocas que la actual y a otras formaciones sociales que las tradicionalmente estudiadas (ANTEZANA, 2009, p. 135).

Como se pode observar, o que ambos estão tentando realizar intelectualmente é uma maneira de classificar nações distintas, com modos de vida e temporalidade diversos, porém politicamente justapostos por um projeto de contra-hegemonia. Evidentemente, esta composição contra-hegemônica tem ascensos e descensos, fluxo e refluxo, se olharmos para 50 anos de disputa e tensionamento intensos do Estado-Nação boliviano.

No período que vai até o Pacto-Militar-Camponês, esta articulação se daria em torno da *Central Obrera Boliviana* (COB), que passa a atuar separadamente do movimento camponês à medida que é hegemônica pelo discurso nacionalista do MNR, e depois quando

os camponeses se aproximam do regime militar do general René Barrientos. Como discutimos, o katarismo romperia esta fronteira e a CSUTCB, fundada em 1979, se filiaria à COB. Durante o governo militar de Carlos Meza, o próprio Jenaro Flores Santos assumiria a direção da COB, diante da prisão de diversas lideranças operárias.

Desta maneira, a pauta indígena ganharia mais expressão política na cena nacional. Também foram importantes para isto a organização de partidos kataristas já no período militar. Eram eles o MRTK, de Jenaro Flores Santos e Víctor Hugo Cárdenas, e o MITKA, de Felipe Quispe, outra importante liderança indígena boliviana. Ambas as legendas participariam das eleições de 1983.

Com isto, o problema da coletivização da propriedade da terra, o *ayllu* como entidade representativa, a crítica à relação predatória do homem com a natureza se tornaram questões fundamentais na política boliviana, a serem consideradas inclusive pela elite do país. O próprio Victor Hugo Cárdenas viria a ser vice-presidente no período neoliberal, dando uma roupagem multiculturalista à direita boliviana (CAMARGO, 2006).

Este seria o gérmen de uma sociedade civil plurinacional. No entanto, este movimento fundamental para derrotar os militares sofreria grande refluxo no período democrático, abrindo margem à consolidação do neoliberalismo no país. Tampouco os partidos kataristas alcançaram seus propósitos, perdendo influência progressivamente. Jenaro Flores perde espaço na política nacional, enquanto Felipe Quispe se une a Álvaro García-Linera e outros na formação do *Ejército Guerrillero Tupaj Katari*, EGTK, experiência de guerrilha katarista que tampouco teria grande êxito. Também a COB perde definitivamente seu caráter de eixo político de contestação neste período:

Nesses quinze anos, vimos desaparecer de cena a Central Obrera Boliviana (COB), que desde 1952 condensava as características estruturais do proletariado, de sua subjetividade e da ética coletiva. A condição operária e a identidade de classe do proletariado boliviano desapareceram junto com o fim das grandes concentrações operárias e, por conta disso, morreu uma forma organizativa, com capacidade de efeito estatal, em torno da qual se aglutinaram durante 35 anos outros setores carentes da cidade e do campo (GARCÍA-LINERA, 2010a, p. 225).

Foram implementados no país políticas impactantes no plano econômico, que se impõem também sobre as estruturas organizativas. Em síntese, o capital internacional passa a assumir o papel principal de indutor econômico, ocupando o papel do Estado. Isto geraria uma crise do emprego, restrição do mercado formal de mão de obra e expansão da produção de coca:

Durante o período da crise, ocorreu uma redução do emprego no setor legal e formal



da economia, ao mesmo tempo em que aumentava a demanda por produtores de coca e por trabalhadores no setor de serviços nas zonas de cultivo da folha. O número de empregados na narcoeconomia crescia proporcionalmente à queda no número de trabalhadores da economia formal (Santana, 2004, 169). Assim, a coca ocupava, durante a década de 1980, um papel central na economia boliviana. Apesar de constituir uma atividade 'ilegal', um ataque efetivo à mesma geraria impactos econômicos e políticos substanciais, ameaçando a fonte de renda de milhares de cidadãos e produzindo um enorme potencial do conflito social (GUIMARÃES, 2014, p. 226).

Em contraposição a isto, Guimarães (2014) mostra que uma política de subserviência destes governos aos Estados Unidos da América levava à criminalização da plantação de coca, que apesar de ser estimulada pela indústria do narcotráfico, tem origem sagrada para aymaras e quéchuas, e tem fins rituais, sociais e medicinais. Desta maneira, o que se viu neste período foi o crescimento da repressão econômico-social aos segmentos subalternos e reestruturação produtiva por meio da desvalorização do trabalho. Novamente, veremos se deslocar o eixo de contestação ao regime para este segmento *cocalero*, consolidado ao longo de décadas e tão vinculado ao discurso nacional.

Em um período de aproximadamente quatro décadas, os produtores de coca migraram ao Trópico, onde estabeleceram comunidades e uma densa rede sindical; se converteram em um coeso movimento social, enfrentando não só o Estado boliviano como também a política externa dos EUA na região andina; pressionaram por medidas políticas e econômicas, depuseram governos, elegeram outros e chegaram à presidência do país (GUIMARÃES, 2014, p. 191).

Para Tapia Mealla (2007), o país vivia duas crises: de representação e de correspondência. Diz o autor que, durante os anos 1980 e 1990, foram feitas reformas eleitorais que só permitiram a uma classe participar da política. Assim, as eleições se converteriam em disputas de frações de empresários pela direção da nação. Por outro lado, a organização do Estado nos moldes colocados não dava conta da diversidade cultural, havendo uma distância entre Estado e sociedade civil.

Se trata de una crisis de correspondencia entre el estado boliviano, la configuración de sus poderes, el contenido de sus políticas, por un lado, y, por el otro, el tipo de diversidad cultural desplegada de manera autoorganizada, tanto a nivel de la sociedad civil como de la asamblea de pueblos indígenas y otros espacios de ejercicio de la autoridad política que no forman parte del estado boliviano, sino de otras matrices culturales excluidas por el estado liberal desde su origen colonial y toda su historia posterior (TAPIA MEALLA, 2007, p. 3).

As contradições dos governos neoliberais se concretizariam mediante a ação política dos *cocaleros*, movidos por seus interesses de classe e por uma avaliação nacionalista e anti-imperialista da política (GUIMARÃES, 2014). Todavia, a coca era defendida também como “planta sagrada dos tempos dos incas”, acionando os valores étnicos e “originários”. Assim,

se fazia presente o tipo de análise inaugurada pelo katarismo, conhecida como *dobles mirada*, ou seja, a abordagem classista e étnica em um mesmo discurso. Esta abordagem se revelou o mote da construção do nacional-popular na Bolívia, já que foi bem efetiva na mobilização da “massa”.

Antes de passarmos à nova configuração da “massa”, que levaria a eleição de Evo Morales em 2005, é preciso mencionar o surgimento da *Confederación de Pueblos Indígenas de Bolivia*, CIDOB, que representa a expansão do discurso étnico ao Oriente boliviano e aos povos amazônicos, e também a *Confederación Nacional de Ayllus y Markas del Quollasuyu*, CONAMAQ, que se trata de uma organização em defesa do modo de vida “originário” e que busca restabelecer a sociedade centrada no *ayllu*, em contraposição ao estilo de vida ocidental.

Apesar das distintas pautas e divergências entre CONAMAQ, CIDOB e CSUTCB, nas quais estão imbricadas disputas nas esferas representativas também, este novo arranjo contra-hegemônico, que se punha em oposição ao projeto político econômico neoliberal, mas também reivindicava o reconhecimento das nações e culturas originárias, produziu um grande repertório de mobilizações nos anos 2000, nos episódios conhecidos como a “Guerra da Água” e a “Guerra do Gás”, onde estes recursos naturais sofreram ameaças de privatização. Aí mais uma vez se faz como recurso a *dobles mirada*, já que as privatizações têm impactos econômicos, mas também ferem os direitos da *Pachamama*, que não pode ser posse de empresas estrangeiras (GUIMARÃES, 2014).

Em meados dos anos 1990, houve um debate importante para a projeção destes setores na esfera do Estado. Discutia-se a formação de um “Instrumento Político” para este fim, e com uma concepção distinta do que era a visão comum que se tinha dos partidos políticos: o Instrumento Político deveria servir institucionalmente aos movimentos sociais, e não ser servido por estes. Esta é uma concepção de poder que se apropria de valores aymaras e da lógica de organização política nos *ayllus*.

Esta discussão já atravessava a fundação do MRTK, e sob esta concepção se organiza o MAS (Movimento ao Socialismo) e elege Evo Morales o deputado mais votado em 1997. Da sociedade civil à sociedade política já estavam colocadas as representações que formariam o *Pacto de Unidad*, que diante da Guerra da Água e da Guerra do Gás construiriam uma plataforma de superação do Estado-Nação neoliberal, envolvendo todos os segmentos subalternos em nome de uma pauta econômica antineoliberal e anti-imperialista, e que entendesse como base do Estado plurinacional a autonomia política, de justiça, e território para as nações “originárias”. Estas bandeiras políticas convergiram para a discussão de uma

nova Assembleia Constituinte, que aconteceria no primeiro governo Evo Morales.

Sobre tudo isto, diz Tapia Mealla (2008):

Aquí tenemos un movimiento social que no proviene de la acción colectiva generalizada en el seno de estructuras modernas de vida social, sino de estructuras comunitarias de sociedades y culturas no modernas, pero que hacen política para demandar al gobierno una mayor integración y reconocimiento, es decir, para actuar en la principal forma política moderna, que es el estado-nación (...). No se trata de un movimiento social entendido como sector de la sociedad que se moviliza para reformar el orden social y político del que forma parte más orgánica, sino de la acción de otras sociedades subalternizadas por la colonización que se mueven para reformar las estructuras de la sociedad dominante. En este sentido, es un movimiento social y político anticolonial (TAPIA MEALLA, 2008, p. 63).

Esta estrutura consolidada em oposição ao regime neoliberal, é o berço da sociedade e do Estado Plurinacional da Bolívia. O que vemos é a “massa” - sociedade civil em ação política - ou “movimento social”, de caráter plurinacional. Neste sentido, a sociedade civil plurinacional antecipa o próprio Estado Plurinacional.

## **6 Álvaro García-Linera e o Estado Plurinacional**

Tratamos brevemente dos episódios que levaram a uma crise político-institucional que durou de 2000 a 2005. Foram 5 presidentes neste breve tempo, cujos projetos econômicos, políticos e sociais não se aproximavam das reivindicações “indígenas-originárias-camponesas” – expressão cunhada posteriormente durante o processo constituinte para se referir ao cidadão boliviano. A eleição de Evo Morales em 2005 era o auge deste processo, e abria margem para se discutir uma nova organização social.

No entanto, no interior do *Pacto de Unidad*, havia uma diversidade de concepções políticas. Mencionamos a CONAMAQ e seu projeto político de retorno ao modo de vida ancestral, com ênfase na pauta da autonomia indígena e crítica à centralização do poder no Estado. Também mostramos a centralidade do segmento *cocalero* na articulação do pacto, que, por outro lado, é defensor da pequena propriedade de terra e também se entende como indígena-originário, organizados prioritariamente na CSUTCB. Há ainda o sindicalismo da COB e os setores médios do país, mobilizados por um nacionalismo desenvolvimentista e anti-imperialista. O processo constituinte teve que se dar, por tanto, mediante a busca delicada pela construção do consenso (SCHAVELZON, 2010).

Processou-se no país, durante os governos de Evo Morales, uma política de desenvolvimento econômico com ênfase no desenvolvimento das empresas públicas e uma política de reforma agrária no campo, por meio de títulos individuais de terra no Departamento de Santa Cruz, principalmente. Com isso, o governo buscava desestruturar o

poder econômico dos grandes proprietários de terra do Oriente boliviano, mas as críticas à morosidade do processo de implementação das autonomias indígenas, nas áreas político administrativas, territoriais e na formalização da justiça comunitária são recorrentes e ácidas. Para alguns, o MAS repete o nacionalismo dos governos do MNR (SCHAVELZON, 2010).

Diante deste cenário, a discussão sobre o papel do Estado faz-se fundamental, e o presente Vice-Presidente da Bolívia, Álvaro García-Linera, tem cumprido papel fundamental na produção de uma síntese de todo o processo que acarretou na vitória do MAS em 2005. O autor, em sua trajetória intelectual e política, é um crítico do marxismo tradicional, na maneira que era concebido na URSS e pelos partidos influenciados por ela. Esta crítica se encontra precisamente na sua interpretação de que este campo político era acrítico ao progresso capitalista, e apontava como solução para a Bolívia o desenvolvimento do país como etapa para o socialismo. García-Linera (2010) vai encontrar na discussão de Marx sobre as comunas russas e no marxismo de José Carlos Mariátegui uma outra interpretação para a realidade boliviana. Como diria Pablo Stefanoni no prefácio de *A Potência Plebeia* (2010), “a bagagem intelectual de García-Linera se centrava cada vez mais no esforço para articular ‘duas razões revolucionárias’ em disputa naquele momento, o marxismo e o indianismo” (STEFANONI, 2010, p.13).

Em termos bolivianos, isto significa apostar politicamente nas comunidades indígenas e nas nações originárias como a base da construção do socialismo. O marxismo de inspiração soviética sempre apostou na própria superação destas comunidades e na construção de uma classe operária nacional e boliviana como uma etapa do progresso e do socialismo. Esta é a mesma polêmica que enfrentou Mariátegui no Peru, quando compreendeu que era o *ayllu* a base social, cultural e política da construção do Estado-Nação peruano (MARIÁTEGUI, 2010).

Por outro lado, o *ayllu* é sempre acionado por García-Linera como uma estrutura de representação, porém de gestão e espaço de poder que concorre com o poder oficial. Trata o problema das comunidades indígenas como construção dos mecanismos de duplo-poder, que devem ocupar espaços comumente concebidos como do Estado. Ao debater a crise institucional boliviana que se deu entre 2000 e 2005, o autor vai mais além e debate o conceito gramsciano de empate catastrófico:

Um empate catastrófico é, em parte, o que Lenin e Trotski chamavam de 'dualidade do poder', mas é mais que isso: é quando essa disputa de dois projetos de poder, o dominante e o emergente, com força de mobilização, com expansão territorial, disputam territorialmente a direção política da sociedade por muito tempo, não uma semana, quinze dias, dois ou três meses, mas um ano, um ano e meio, dois anos, dois

anos e meio. Nesse momento de irresolução da dualidade de poderes de uma sociedade há empate catastrófico (...) Foi o que aconteceu na Bolívia entre 2003 e 2005. De um lado, havia o Parlamento eleito pelos cidadãos anos antes; de outro, havia as assembleias de bairros, agrárias e comunitárias, que tomavam decisões com efeito político, sobrepondo-se às vezes às decisões do Parlamento. (GARCÍA-LINERA, 2010b, p. 29).

Assim, o que cabe na construção do socialismo é o exercício pleno da democracia direta combinada com a democracia representativa no parlamento. Isto deve estar combinado com um “gobierno revolucionario, un Estado de los Movimientos Sociales, de las clases humildes y menestrosas” (GARCÍA LINERA, 2010b, p. 70).

Porém, o que é o Estado? O autor o concebe como relação social, correlação de forças e relação de dominação. É uma estrutura material e institucional, o que Lenin chamaria de “máquina do Estado”; é uma estrutura ideal, de concepções e percepções, e também é monopólio da força, da legislação e da tributação e uso dos recursos públicos.

Evidentemente uma parte do Estado é o governo, ainda que não seja tudo. Parte do Estado é também o Parlamento, o regime legislativo cada vez mais depreciado em nossa sociedade. São as Forças Armadas, os tribunais, as prisões, o sistema de ensino e a formação cultural oficial, os orçamentos, a gestão, o uso dos recursos públicos. Estado é não apenas a legislação, mas também o acatamento da legislação. É a narrativa da história, silêncios e esquecimentos, símbolos, disciplinas, sentidos de pertencimento e de adesão. Constitui-se também de ações de obediência cotidiana, sanções, disciplinas e expectativas (GARCÍA-LINERA, 2010b, p. 25).

Como podemos observar, o autor, assim como Gramsci, avança para a discussão das características ocidentais da dominação e da ideologia. Este avanço se dá por meio de uma observação precisa do desenvolvimento da superestrutura nas sociedades modernas, em ambos os casos. Desta maneira introduz o conceito de Estado integral aplicado à realidade boliviana:

Mas essa contradição viva entre monopólio e desmonopolização, entre concentração e democratização de decisões, deve ser vivida num horizonte longo. Aparece aí, então, a categoria de Gramsci de Estado integral. No momento, dizia Gramsci, em que os monopólios não são necessários, o Estado atua apenas como gestão e administração do público e não como monopólio do público (GARCÍA-LINERA, 2010b, p. 32).

Introduz, portanto, a resposta à crítica da centralização de espaços de poder pelo Estado, mesmo nos governos do MAS. Para ele, já se trata de um processo em curso, no qual a força comunitária tende a se expandir e se irradiar, a despeito da tendência do Estado em concentrar o monopólio. García-Linera entende este movimento como de ascensos e reflexos, como mostraria a própria história da luta social na Bolívia (GAMA DA SILVA, 2016, p. 110).

## 7 Considerações Finais

A modo de conclusão, o caso boliviano é exemplo da atualidade do pensamento de Antonio Gramsci: a análise da hegemonia, da formação da sociedade civil e sua correspondência com o Estado são parâmetros que respondem muito bem a dinâmica da disputa política em termos nacionais, conforme se consolidou no século XX. É notável o seu uso acadêmico, mas o exemplo boliviano sugere que as fronteiras entre a academia e a política podem ser reduzidas à medida que esta e o pensamento social se retro-alimentam, conferindo atualidade a ambos.

Outra percepção que esta reflexão produz é que o pensamento gramsciano é especialmente útil à interpretação da questão nacional na América Latina, já que neste subcontinente os contingentes operários não são tão expressivos quanto nos países do centro do sistema capitalista, quando o marxismo começava a se desenvolver. A observação da formação social mais complexa nestes espaços, sobretudo pelo histórico colonial e a maior diversidade de relações sociais fruto deste, pode ser melhor sistematizada através das engrenagens conceituais proporcionadas pela leitura de Antonio Gramsci, a fim de compreender os sistemas de dominação e as possibilidades de contestação.

## 8 Referências

ANTEZANA, Luis H. Dos conceptos em la obra de René Zavaleta Mercado: Formación abigarrada y democracia como autodeterminación. In: OLIVÉ, Leon; SOUZA SANTOS, Boaventura de; SALAZAR, Cecília; ANTEZANA, Luís H.; NAVIA, Walter; VALENCIA, Guadalupe; PUCHET, Martin; AGUILLUZ, Maya; GILL, Mauricio; SUÁREZ, Hugo José; TAPIA, Luis. **Pluralismo Epistemológico**. La Paz: CLACSO, 2009.

BUCI-GLUCKSMANN, Christinne. **Gramsci e o Estado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

CAMARGO, Alfredo José Cavalcanti Jordão de. **Bolívia**. A Criação de um Novo País. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2006.

CUSICANQUI, Silvia Rivera. **'Oprimidos pero no vencidos'**: Luchas del campesinado Aymara y Quechwa 1900-1980. La Paz: La mirada salvaje, 2010.

GAMA DA SILVA, A.L. **Para Além do Estado-Nação? Disputas Políticas sobre a Ideia de Plurinacionalidade na Bolívia**. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

GARCÍA-LINERA, Álvaro. A Construção do Estado. In: **Margem Esquerda**: ensaios

marxistas. Boitempo Editorial: São Paulo, 2010b.

\_\_\_\_\_. **A Potência Plebeia**. São Paulo: Boitempo, 2010a.

\_\_\_\_\_. **Socialismo Comunitario**: un horizonte de época. La Paz: Vicepresidencia del Estado, 2015.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

GUIMARÃES, Alice Soares. **A Reemergência das Identidades Étnicas na Modernidade**: movimentos sociais e Estado na Bolívia contemporânea. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.

HURTADO, Javier. **El Katarismo**. La Paz: Hishbol, 1986.

MARIÁTEGUI, José Carlos. **Sete Ensaio de Interpretação da Realidade Peruana**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARX, Karl. **Manifesto Comunista**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2008.

\_\_\_\_\_. Prefácio de Para a crítica da economia política. In: GIANNOTTI, José Artur (Org.). **Marx**. Coleção Pensadores, São Paulo: Nova Cultural, 1999. p. 50-54.

REINAGA, Fausto. **La Revolución India**. La Paz: Movimiento Indianista Katarista, 2010.

SCHALVEZON, Salvador. **Assembleia Constituinte da Bolívia**: Etnografia do Nascimento do Estado Plurinacional. Tese de doutorado defendida no PPGAS-UFRJ. Rio de Janeiro, 2010.

STEFANONI, Pablo. Prefácio. In: GARCÍA-LINERA, Álvaro. **A Potência Plebeia**. São Paulo: Boitempo, 2010.

TAPIA MEALLA, Luis. Una reflexión sobre la idea de Estado plurinacional. *OSAL* (Buenos Aires: CLACSO) Año VIII, No 22, septiembre, 2007.

\_\_\_\_\_. **Política Salvaje**. La Paz: CLACSO, 2008.

TICONA ALEJO, Esteban. **Organización y liderazgo aymara**: la experiencia indígena en la política boliviana 1979 – 1996. La Paz: AGRUCO e Universidad de la Cordillera, 2000.

---

*Recebido em fevereiro de 2018*

*Aprovado em junho de 2018*